

JOSÉ DE ALENCAR E A CRÍTICA PORTUGUESA DO SÉCULO XIX

Maria Eunice Moreira
PUC-RS

RESUMO:

Análise da recepção da obra de José de Alencar pela crítica portuguesa do século XIX, em textos publicados em periódicos na segunda metade do século, com destaque para a passagem do romancista brasileiro em Portugal, no final da vida, e sua recepção pela intelectualidade lusitana. Homem de poucas viagens, Alencar deslocou-se para a Europa no final de vida, em busca de remédio para a sua doença. Depois de Londres, esteve em Lisboa, e, embora tenha sido recebido sem pompas, sua obra parece ter provocado um efeito contrário. Este estudo enfoca essas questões, procurando discutir a autonomia pretendida pelo romancista brasileiro e sua relação com o pensamento português.

PALAVRAS-CHAVE:

José de Alencar, Recepção crítica, Relações luso-brasileiras.

ABSTRACT:

Analyses of how José de Alencar's work was received by Portuguese critics and intellectuals in the nineteenth century, based on articles published in journals in the late half of the century, especially during the time the novelist, already in his late years, spent in Portugal. A man of few journeys, Alencar traveled to Europe in the end of his life, searching a cure for his disease. After London, he went to Lisbon, and, although he was received without honors, his work seems to have had the opposite effect. This article focuses on these questions, discussing the autonomy the Brazilian novelist intended to have and his relation with the Portuguese thought.

KEYWORDS:

José de Alencar, Critical reception, Luso-Brazilian relations.

É um bocado arriscado dizer: eu escrevo para a posteridade.
Mas quem é que garante que a posteridade se interessa,
que vai se interessar por aquilo que o escritor fez?

José Saramago

Ao contrário do poeta Gonçalves Dias, cuja obra tornou-se mais conhecida em Portugal pela crítica elogiosa que lhe dispensou Alexandre Herculano, ao escrever o "Futuro literário de Portugal e do Brasil", em 1847, e, posteriormente, pelas notícias sensacionais sobre sua morte, divulgadas premonitoriamente em Lisboa, o que deixou o

poeta dos *Timbiras* como notícia constante na imprensa portuguesa, raras são as referências sobre o romancista José de Alencar, e reduzido é o elenco de críticos que sobre ele e sua obra se manifestaram na antiga metrópole brasileira, durante o século XIX.

Figura polêmica, porquanto durante toda a sua vida esteve envolvido em querelas, personalidade atrevida e dono de palavra certa, muitas vezes, ferina, Alencar envolveu-se também em questões que atingiam o cerne da alma lusitana: a renovação da língua portuguesa pela introdução de termos próprios do linguajar brasileiro e pelo emprego de sintaxe desviada do classicismo da língua. Associados, esses fatores talvez justifiquem a tardia e escassa recepção da sua produção literária.

Em 1866, Alencar já era renomado escritor no Brasil, tendo escrito um conjunto de obras significativas, *Cinco minutos* (1856), *A viuvinha* (1857), *O guarani* (1857), *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Iracema* (1865), quando a imprensa lusitana começou a se referir a seu nome. Nesse ano, ou seja, em 1866, o *Arquivo Pitoresco*, Semanário Ilustrado, publicado em Lisboa, incluiu matéria sobre o escritor, assinada pelo dicionarista Inocêncio Francisco da Silva. Inocêncio fora instado pelos editores a escrever sobre o romancista, porque esse detinha excelente posição na literatura e na política do Brasil. O autor do artigo reconhece o “talento ilustre” do prosador, mas não deixa de registrar que, embora seja Alencar reputado por seus patrícios como “um dos ornamentos mais distintos da atual literatura no Brasil” (SILVA, 1866, p. 244), ele é “menos conhecido do que havia direito a sê-lo” (SILVA, 1866, p. 244), em Portugal.

A pesquisa e a erudição de Inocêncio recaem sobre os dados biográficos do escritor e político, referindo-se à sua contribuição na imprensa, à autoria de dois romances anteriores a *Iracema*, *O guarani* e *Cinco minutos*, e às propostas políticas sobre a reforma hipotecária e os estudos sobre a alimentação no Brasil, publicados nos jornais do Rio de Janeiro. Para Inocêncio, Alencar divide com Camões a “natural aptidão e idoneidade dos *ilegítimos* para o cultivo e exercício quer das armas, quer das letras” (SILVA, 1866, p. 244), referindo-se à sua origem familiar como filho de um sacerdote.

A acolhida favorável que Inocêncio lhe dispensa parecia indicar que, apesar de tardia, a crítica reconheceria o valor da obra alencariana para a concretização da literatura brasileira, empenho a que vinha se dedicando a geração romântica. Contudo, nesse mesmo ano de 1866, o renomado crítico Pinheiro Chagas, em matéria publicada no *Anuário do Arquivo Pitoresco*, desfigura o juízo positivo de Inocêncio da Silva, ao analisar o mais recente romance de Alencar, publicado em 1865, *Iracema*. O motivo da crítica é o lançamento do “livrinho que nos chegou do Brasil, firmado pelo nome do sr. J. d’Alencar, nome que não só na sua pátria, mas em Portugal e na própria França, é conhecido e venerado” (CHAGAS, 1866, p. 198). Diz ele:

Iracema é uma lenda do Ceará, dos tempos da descoberta, e revela uma tendência louvável para dar autonomia à literatura brasileira. O Sr. José d'Alencar procurou a inspiração do seu poemazinho em prosa nas tradições da sua terra natal, na voz das suas florestas, no esplendor das suas paisagens, e foi bastante feliz para que possamos agoirar um grande sucesso ao trabalho mais desenvolvido que nos promete sobre assuntos idênticos (CHAGAS, 1866, p. 198).

Apesar de o comentário recair sobre *Iracema*, a questão que Pinheiro Chagas coloca em jogo é a da autonomia literária. Segundo ele, o Brasil, comparado com outras literaturas da América espanhola, não possui uma “literatura original como as (...) [d]essas republiquetas semisselvagens, que se debatem constantemente nas garras da anarquia” (CHAGAS, 1866, p. 198), e se Alencar parece desmentir o fato, criando uma literatura original, exige-se dele mais “correção na linguagem e talvez alguns decotes na esplêndida ramaria do seu opulentíssimo estilo” (CHAGAS, 1866, p. 198). Em outras palavras, pelo tema, Alencar concretiza a originalidade literária, pela expressão linguística, comete o pecado que impede o reconhecimento da autonomia, distanciando-se do padrão linguístico de Portugal. Pinheiro Chagas fala do lugar de sua enunciação: como português, ele refuta a liberdade literária buscada pelo Brasil, de modo que suas observações tomam uma conotação política que deve ser levada em conta na análise da leitura da obra de Alencar.

José de Alencar, que nunca fugira de polêmicas, imediatamente contra-ataca Pinheiro Chagas, na segunda edição de *Iracema*: primeiramente, corrige alguns erros de revisão e, logo depois, escreve o pós-escrito, diretamente dirigido ao adversário, entrando no assunto de ordem linguística: “Na opinião do Sr. Pinheiro Chagas” disse ele, “a gramática é um padrão inalterável, a que o escritor se há de submeter rigorosamente” (ALENCAR, [1870], 1959, v. III, p. 313) e explicitou: “Minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não é a pecha de escritor incorreto e descuidado” (ALENCAR, [1870], 1959, v. III, p. 312). Alencar sabia que falava de uma posição privilegiada: naquele momento, ele era o maior escritor de sua geração. Sua opinião era acatada, era o mais lido e o mais respeitado intelectualmente.

Três anos depois, Pinheiro Chagas publica *Novos ensaios críticos* (1868), mas no período entre sua última publicação e a atual, nenhuma voz se colocou a seu lado para abordar a obra de Alencar. O novo livro oportuniza a Pinheiro Chagas retomar o assunto e invocar a questão linguística, que já fora objeto de sua crítica. Num dos capítulos do livro, intitulado “Literatura brasileira”, Alencar é sintomaticamente escolhido para representar o patrimônio nacional e, nesse texto, reiteradas vezes Pinheiro Chagas volta a mencionar o romance *Iracema*, considerando-o tão somente uma tentativa para a expressão da literatura nacional. Em sua avaliação, a obra não

concretiza a esperada autonomia literária, porque essa somente chegará quando os escritores: a) esquecerem da metrópole europeia; b) proclamarem-se filhas adotivas das florestas do Novo Mundo; c) aceitarem as tradições dos povos primitivos. Nesse caso, Alencar, ao contrário de Cooper, em relação aos Estados Unidos, “compreendeu e tentou na formosa lenda cearense” (PINHEIRO CHAGAS, 1868, p. 216) tal individualidade, mas ainda assim não deu ao Brasil “a literatura que lhe falta” (PINHEIRO CHAGAS, 1868, p. 216). Essa carência e a tentativa de supri-la constituem uma espécie de bordão do texto: “*Iracema* é uma tentativa” (PINHEIRO CHAGAS, 1868, p. 219); *Iracema* lança “as bases duma literatura verdadeiramente nacional” (PINHEIRO CHAGAS, 1868, p. 224), mas não funda essa categoria por um defeito e, mais uma vez, Pinheiro Chagas insiste na questão linguística:

é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções de uma insurreição em regra contra a tirania de Lobato (PINHEIRO CHAGAS, 1868, p. 221).

Se a opinião de Pinheiro Chagas é importante para uma melhor compreensão da recepção da obra de Alencar em Portugal, essa é uma hipótese que ainda está por ser avaliada. O fato é que outro episódio, envolvendo novamente Alencar e os portugueses, ocorre nesse momento e, certamente, repercute em sua imagem de homem e de escritor. Seu envolvimento com política, como deputado, o expunha publicamente, sendo alvo de constantes maledicências e tema frequente para quadrinhas de desagravo e de ofensa publicadas nas folhas cariocas. Entre 1871 e 1872, quando o semanário *Questões do Dia* começou a circular, sob a chancela de um certo Cincinato (José Feliciano de Castilho), assessor do governo Rio Branco, contrário ao deputado Alencar, a rixa teve continuidade. Secundado por Semprônio (Franklin Távora), Cincinato visava desacreditar Alencar. A cada um, competia uma face do homem público: a Cincinato cabia ridicularizar o deputado Alencar e indispor-lo contra a opinião pública; Semprônio, por sua vez, ataca o escritor, apontando-lhe os erros de gramática e as fragilidades literárias. Se bem que o debate tivesse como cenário o Brasil, é de supor que a discussão cruzou os mares, atijando mais uma vez a brasa contra o autor de *Iracema*, o que pode ser avaliado pelo silêncio que novamente se impôs sobre a obra do romancista.

Esse silêncio será rompido apenas por ocasião da viagem que o romancista fez à Europa, ao final da década de 1870. Em 1876, doente e já muito abatido, Alencar vendeu seus pertences e, junto com a família, partiu para uma temporada europeia que, a princípio, devia estender-se por dois anos. Londres, seu primeiro destino, o deixou completamente perturbado: o metrô provocou-lhe pavores, e as ruas pareciam-lhe

imagens do inferno pela profusão de carruagens, ônibus e linhas férreas. Em Paris, ficou deslocado porque não encontrou os heróis que povoavam sua mente pelas páginas dos romances, mas ruas imundas inundadas de prostitutas. Desesperado, porque não escrevia uma linha, partiu para Lisboa, onde buscava encontrar sossego. Hospedado em um apartamento no baixo Chiado, leu, certo dia, no *Diário da Manhã*, a única notícia que lhe trouxe, talvez, um pouco de paz: no canto de uma página, Pinheiro Chagas, seu antigo contendor, escrevera: “Está em Lisboa um dos mais notáveis escritores brasileiros, o dr. José Martiniano de Alencar”, complementando aos leitores que Alencar “enriquecera a língua portuguesa” com “primores de seu engenho”. (PINHEIRO CHAGAS, 20 set. 1876). Sobre suas obras, esclarece: “A *Iracema* é uma miniatura verdadeiramente adorável, mas o *Guarani* é um quadro que bastaria por si só para imortalizar o autor.” (PINHEIRO CHAGAS, 20 set. 1876, p. 1).

No número seguinte do jornal, Pinheiro Chagas informa as livrarias em que podem ser encontradas as obras “de um dos mais notáveis escritores brasileiros” (PINHEIRO CHAGAS, 21 set. 1876, p. 1), reafirmando a avaliação positiva que expusera na edição anterior do jornal lisboeta. A relação inclui a antiga livraria de Bertrand, os Mártires, e a Internacional de E. Chardron, no Porto, pontos de referência na vida editorial portuguesa.

Apesar, porém, da reavaliação de Pinheiro Chagas, a estada de Alencar pouco ou quase nada movimentou a intelectualidade lusitana. Tão somente o visconde de Benalcanfor, profundo admirador de seus romances, enviou-lhe de Cascais, onde vivia, duas de suas obras e uma carta, em que o exalta como “uma das glórias da literatura e da tribuna brasileiras” (*Apud* MENESES, 1967, p. 129). Alencar cordialmente agradeceu ao amigo distante oferecendo-lhe um discurso de sua autoria e o último romance publicado (provavelmente *O sertanejo*), sem deixar, porém, de registrar:

Foi para mim uma fortuna e uma honra, ao entrar esta bela e laureada capital de Portugal, receber a saudação amiga de uma das glórias mais legítimas da terra ilustre, a que me prende a fraternidade da língua, da raça e das tradições que nos são comuns, como comuns devem ser os nossos esforços para restituir a essa família da humanidade os seus brilhantes destinos (*Apud* MENESES, 1967, p. 81)

A estada de Alencar em Lisboa suscita algumas questões, mais amplas do que a simples parada do escritor, ao final da vida, em Portugal. Teria sido a crítica de Pinheiro Chagas tão candente para ser ela responsável pela rarefeita recepção do escritor brasileiro, ainda que transcorridos dez anos do estudo sobre *Iracema*? Teria ficado evidente que, por suas elaborações linguísticas, Alencar professava um certo antilusitanismo, capaz de impedir sua maior aceitação por parte dos portugueses? Nesse caso, a declaração a Benalcanfor, referindo-se à fraternidade de língua, de raça e de

tradições tentaria abafar tal atitude? Teria a personalidade de Alencar e sua capacidade de polemista desenvolvido certo temor entre os críticos, receosos de entrar em alguma querela com o brasileiro? Difícil uma resposta, mas prefiro a que Alencar manifestou em um dos seus estudos – Questão filológica – dirigido a Henrique Leal, autor de *Lucubrações*, obra publicada em Lisboa em 1874. Nela, Leal retoma o pós-escrito à *Iracema* e as observações sobre o estilo de *O guarani*, juntando ao final do livro os artigos que deram origem a algumas opiniões contrárias. Segundo Alencar, Leal usara esse recurso “para avolumar o tomo de suas *Lucubrações*” (ALENCAR, [1874], 1959, p. 940). Indiferente, porém, à irônica observação, Leal enviou-lhe um exemplar de *Lucubrações*, gentileza que foi entendida por Alencar como um recado de Leal para que ele se mirasse nesse espelho. A oportunidade abriu-se, e mais uma vez o escritor brasileiro manifestou sua opinião, sem temer contestação:

Meu verdadeiro contendor não é o senhor Dr. Leal, mas a literatura portuguesa, que tomada de um zelo excessivo pretende por todos os meios impor-se ao império americano. [...] Contra essa coorte formidável pelo talento, pelo número e pela intolerância, arco eu e só: um simples curioso em literatura, e esse único (ALENCAR, [1874], 1960, p. 940).

E sem medo de alfinetar, quer seja lá ou aqui, complementa:

Há talvez por aí, na mocidade que desponta exuberando melhor seiva, alguns talentos bafejados pelas auras americanas, a quem vibram no íntimo os assomos de nossa independência literária, como outrora a idéia da emancipação política faria palpar a geração de 1823. Tímidas esperanças; sentem, mas receiam. (ALENCAR, [1874], 1959, p. 941).

É nessa afirmativa e rebatendo Henrique Leal que Alencar parece finalmente ter encontrado o inimigo com o qual se debatera e que representava um perigo iminente: sua obra era atacada porque ele era, entre os escritores brasileiros, aquele que ameaçava o patrimônio literário português. Em seus escritos, encontravam-se os dois termos da equação que poderia justificar a autonomia literária: a novidade do tema, ao trazer para suas páginas de criação a mitologia brasileira, e a renovação linguística que se valia de uma nova língua para representar um país nascente. Como dizia o próprio Alencar: “incêndios [...] se apagam, quando já não há combustível que os alimente” (ALENCAR, [1874], 1959, p. 940). Nesse caso, silenciar sobre o homenzinho malcriado, como dele disse D. Pedro II, foi a resposta que a crítica portuguesa deu ao escritor mais original da literatura brasileira do século XIX.

Em 12 de dezembro de 1877, José de Alencar morreu no Rio de Janeiro. As notícias sobre sua morte também não abundaram em Portugal. Eduardo Coelho, em *Diário de Notícias*, sintetizou as diferentes facetas do poeta, dramaturgo, orador, legislador e homem de Estado como “um vulto de superior estatura” e o saudou “com

tanto mais respeito e afeto quanto é certo que o consideramos três vezes ligado a nós, embora se ache no mais levantado elo dessa cadeia indissolúvel – pela confraternidade literária, pelo sangue e tradições, pela língua que fala, e em que tão brilhantemente escreve” (COELHO, out. 1876, p. 1).

No ano seguinte, em matéria publicada em *O Ocidente*, L. J. Pereira da Silva destacou Alencar como autor de romance, de peças para o teatro, de páginas de folhetins, além de mencionar sua atuação como jornalista e como político. Dentre todos os escritos alencarianos, *O guarani* mereceu uma notação especial, pois nesse romance se conciliam “os foros cavalheirosos da velha fidalguia portuguesa, e essa outra grandeza, também nobre, mas selvática, do valor e da lealdade, que são os característicos das raças indígenas do Brasil, sem que nunca sobrepuje uma à outra, mas se honrem ambas” (PEREIRA DA SILVA, 1878, p. 13).

Entre os portugueses de renome, a voz mais expressiva a comentar sua morte foi a de Ramalho Ortigão que, em *As farpas* (1887), assim lamentou sua morte: “A morte de José de Alencar, o autor do *Guarani* e de *Lucíola*, representa umas das maiores perdas para a literatura brasileira, tão notável nos últimos tempos pela cooperação dos seus poetas e dos seus pensadores” (ORTIGÃO, [1887], 1926, p. 198). As palavras de Ortigão de que “a humanidade pagou à morte um pesado tributo” (ORTIGÃO, [1887], 1926, p. 191) podem significar o valor que atribui a esse escritor e o reconhecimento de sua obra para o patrimônio literário nacional.

Até mesmo Silva Pinto, em suas notas de viagem do livro *No Brasil*, cujos juízos sobre os brasileiros não eram positivos, reconheceu que “com a morte de Alencar extinguiu-se o veio opulento do romance nacional, com o poderoso cunho característico do independente criador” (PINTO, 1879, p.155).

Antônio Xavier de Sousa Cordeiro, o editor do *Novo Almanaque*, no estudo biográfico e artístico que publicou no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, em 1898, avaliou as opiniões em torno das questões linguísticas, que provocaram desconforto entre os portugueses, e escreve:

Questionou-se muito acerca da linguagem de que ele usava, pretendendo alguns ver nela incorreções e desmandos, e proclamando-o outros um inovador e o verdadeiro precursor de uma futura linguagem propriamente brasileira.

Nem uma coisa nem outra. As notadas *incorreções* não passam de insignificantes modismos comuns a quase todos os escritores brasileiros, e alguns neologismos de sua lavra. Mas tudo isso é também muito secundário para autorizar o papel de reformador da linguagem que lhe distribuíram, e que ele mesmo supôs ter representado (SOUSA CORDEIRO, 1898, p. XXII-XXIII).

Seu juízo, porém, é positivo em relação a Alencar:

Alencar foi “uma das glórias da grande nação brasileira”, foi um “grande brasileiro” e “imortal autor de *Iracema*. Enfim, José de Alencar não seria apenas o reformador da língua literária, mas o homem que trabalhou para edificar o “pensamento brasileiro” (SOUSA CORDEIRO, 1898, p. XXII-XXIII).

É possível pensar, ao final, que prevaleceu a opinião do homem sobre a obra, é possível pensar que a imprensa, que mantivera seu recato, expressava-se, agora, para valorizar o intelectual e o escritor que o Brasil perdia. Seria o momento para reconsiderar e reformular, com isenção, as críticas a ele dirigidas e dirigidas a sua obra. Porém, isso não ocorreu, e a extensa obra por ele publicada não teve espaço na imprensa jornalística e não foi objeto de estudos mais detalhados ou extensos em Portugal, no século XIX. Da mesma forma, o elenco de intelectuais que lhe dispensou atenção também foi parco e reduzido, tampouco José de Alencar ocupou páginas de dicionários, como os brasileiros de sua geração – Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo ou Casimiro de Abreu.

Enfim, o escritor brasileiro mais representativo de sua geração no século XIX não obteve expressivo reconhecimento entre a crítica portuguesa do século XIX. Aliás, essa questão do legado literário e da permanência de seu nome entre as gerações futuras era tema de conversas entre o autor de *O guarani* e seu amigo Machado de Assis. Nas caminhadas que realizavam pelo Passeio Público, no Rio de Janeiro, perguntava ele ao autor de *Dom Casmurro*: “- Será que passarei à posteridade?” Se a resposta fosse possível, certamente Machado teria de dizer ao preocupado Alencar que ele teria de esperar por mais um século para obter o justo reconhecimento por sua contribuição às letras brasileiras, do lado de lá do Atlântico.

REFERÊNCIAS:

- ALENCAR, José de. *Obra completa*. São Paulo: Aguilar, 1959. v. 1-4.
- COELHO, Eduardo. Assuntos do Dia. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 21 set. 1876.
- _____. Assuntos do Dia. *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 25 out. 1876.
- LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- MENESES, Raimundo de. *José de Alencar*. Literato e político. São Paulo: Martins, 1956.
- _____. *Cartas e documentos de José de Alencar no centenário do romance Iracema*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, [1967].
- PEREIRA DA SILVA, L. J. José de Alencar. *O Ocidente*, Lisboa, p.13-14, 15 jan. 1878.

ORTIGÃO, Ramalho. José de Alencar e Augusto Soromenho. In: _____. *As farpas*. Os indivíduos. 1. ed. 1887. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926. t. III.

PINHEIRO CHAGAS, M. [*Iracema*]. *Anuário do Arquivo Pitoresco*, Lisboa, p. 198, jan. 1866.

_____. Literatura brasileira. In: _____. *Novos ensaios críticos*. Porto: Viúva Moré, 1868. p. 212-224.

_____. José de Alencar. *Diário da Manhã*, Lisboa, p. 1, 20 set. 1876.

_____. José de Alencar. *Diário da Manhã*, Lisboa, p. 1, 21 set. 1876.

PINTO, Silva. *No Brasil*. Notas de viagem. Porto: Tipografia de Antônio José da Silva Teixeira, 1879.

SILVA, Inocêncio Francisco da. José de Alencar. *Arquivo Pitoresco*, Lisboa, ano 9, p. 244-246, 1866.

SOUSA CORDEIRO, Antônio Xavier de. José de Alencar. *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, p. V-XXXIII, Lisboa, 1898.

MINICURRÍCULO:

Maria Eunice Moreira possui graduação em Letras e Direito. É Mestre e Doutora em Letras (Teoria Literária) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou estágio pós-doutoral na Fundação Biblioteca Nacional de Lisboa (2001), com bolsa da Capes. Coordenou o GT História da Literatura da Anpoll no período 2004-2008. É membro do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa (Clepul) das Universidades de Lisboa. Professora titular da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, exerce atualmente a função de Diretora de Pós-Graduação na Pró-Reitoria Acadêmica da PUCRS.